

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Beatriz Lombello Neves

INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL DURANTE A COVID-19

Santa Maria, RS
2023

Beatriz Lombello Neves

INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL DURANTE A COVID-19

Monografia de Conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof. Dra. Sibeles Vasconcelos de Oliveira

Santa Maria, RS
2023

Beatriz Lombello Neves

INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL DURANTE A COVID-19

Monografia de Conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Econômicas.

Aprovada em [dia] de [mês] de [ano].

**Sibele Vasconcelos de Oliveira, Universidade Federal de Santa Maria
(Orientadora)**

Kalinca Léia Becker, Universidade Federal de Santa Maria

Rita Ines Paetzhhold Pauli, Universidade Federal de Santa Maria

Santa Maria, RS
2023

Dedico este trabalho a Deus, cuja graça e orientação foram a força motriz por trás da
minha vida.

Agradeço profundamente à minha querida mãe, por seu amor incondicional, apoio
constante e pela inspiração que ela sempre representou em minha vida.
Aos meus amigos, que estiveram ao meu lado nas horas de desafio e comemoraram
comigo nas horas de conquista, minha gratidão é eterna. Sua amizade é um tesouro
inestimável.

Aos meus professores, que compartilharam seu conhecimento, paciência e
sabedoria, meu mais sincero agradecimento. Suas orientações e ensinamentos
moldaram o meu percurso acadêmico de maneira fundamental.
Este trabalho é dedicado a todos aqueles que, de diferentes maneiras, contribuíram
para o meu crescimento acadêmico e pessoal. Muito obrigado a cada um de vocês.

Vinde a mim, todos os que estais cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei.

Tomai sobre vós o meu jugo, e aprendei de mim,

que sou manso e humilde de coração;

e encontrareis descanso para as vossas almas.

Porque o meu jugo é suave e o meu fardo é leve.

Mateus 11:28-30

RESUMO

INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL DURANTE A COVID-19

AUTORA: Beatriz Lombello Neves

ORIENTADORA: Sibeles Vasconcelos de Oliveira

O presente trabalho se concentra na análise da insegurança alimentar no Brasil no contexto da pandemia de COVID-19. A pandemia trouxe desafios significativos em termos de acesso a alimentos e agravou uma situação já preocupante em um país marcado por desigualdades socioeconômicas profundas. Usando uma abordagem qualitativa e quantitativa, onde há a análise numérica dos dados e também de observação e análise de informações coletadas de pesquisa, este estudo procura entender as razões que levaram ao aumento da incerteza sobre a disponibilidade de alimentos durante a pandemia e investigar como isso afetou a sociedade, a economia e a saúde. Isso incluiu examinar o impacto da crise no mercado de trabalho, as ações tomadas pelo governo em resposta à pandemia e outras medidas que poderiam influenciar a incerteza alimentar. A pandemia teve um impacto significativo em muitas famílias, com cerca de 55,2% dos lares experimentando alguma forma de incerteza alimentar. Entre os desempregados, 36,1% enfrentaram uma situação de incerteza alimentar severa e 66,7 milhões de pessoas receberam ajuda financeira do governo (Auxílio Emergencial) por pelo menos um mês (REDE PENSSAN, 2021). Por fim, percebeu-se que a pandemia evidenciou a urgente necessidade de políticas públicas eficazes para promover a segurança alimentar no Brasil, não apenas como uma medida de resposta a crises, mas como parte de uma estratégia de longo prazo para combater a desigualdade e garantir o acesso universal a alimentos saudáveis e adequados. Esta pesquisa contribui para o entendimento dos desafios da insegurança alimentar no contexto da pandemia e fornece insights importantes para a formulação de políticas que visam fortalecer a resiliência do sistema alimentar brasileiro.

Palavras-chave: Insegurança Alimentar. Covid-19. Alimentação. Vulnerabilidade social.

ABSTRACT

FOOD INSECURITY IN BRAZIL DURING COVID-19

AUTHOR: Beatriz Lombello Neves
ADVISOR: Sibeles Vasconcelos de Oliveira

This work focuses on the analysis of food insecurity in Brazil in the context of the COVID-19 pandemic. The pandemic has brought significant challenges in terms of access to food and worsened an already worrying situation in a country marked by deep socioeconomic inequalities. Through an interdisciplinary approach, this research seeks to understand the factors that contributed to the increase in food insecurity during the pandemic and examine its social, economic and health implications. This involves analyzing the impact of the crisis on the labor market, especially for informal and low-income workers, who face loss of jobs and income. Government responses such as emergency aid and how these interventions influenced food insecurity are also examined. Finally, the work argues that the pandemic highlighted the urgent need for effective public policies to promote food security in Brazil, not only as a crisis response measure, but as part of a long-term strategy to combat inequality and ensure universal access to healthy and adequate food. This research contributes to the understanding of the challenges of food insecurity in the context of the pandemic and provides important insights for the formulation of policies that aim to strengthen the resilience of the Brazilian food system.

Palavras-chave: Food Insecurity. Covid-19. Food. Social vulnerability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) nas Unidades da Federação, segundo as macrorregiões do Brasil	24
Gráfico 2 - Distribuição percentual da condição de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar nos domicílios, segundo a presença de moradores em diferentes faixas de idade, Brasil	25
Gráfico 3 - Prevalência de Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar (IA leve ou moderada + grave) nos domicílios, segundo presença de menores de 10 anos, Brasil, macrorregiões e Unidades da Federação	26
Gráfico 4 - Distribuição percentual de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) em domicílios com pelo menos um/a morador/a desempregado/a, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022	29
Gráfico 5 - Distribuição percentual de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo a situação de trabalho da pessoa de referência dos domicílios, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022	30
Gráfico 6 - Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo o sexo da pessoa de referência do domicílio, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022	31
Gráfico 7 - Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo a raça/cor da pele auto referida, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022	33
Gráfico 8 - Relação da presença do auxílio emergencial e os níveis de Segurança/Insegurança Alimentar. VigiSAN Inquérito SA/IA – Covid-19, Brasil, 2020	34
Gráfico 9 - Efeitos da Pandemia sobre a Renda do brasileiro no geral e entre os sexos no 1º e 2º trimestre de 2020	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) nas Unidades da Federação, segundo as macrorregiões do Brasil.....	21
Tabela 2 –	Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) nas Unidades da Federação, segundo as macrorregiões do Brasil.....	24
Tabela 3 -	Prevalência de Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar (IA leve ou moderada + grave) nos domicílios, segundo presença de menores de 10 anos, Brasil, macrorregiões e Unidades da Federação	26
Tabela 4 -	Distribuição percentual no I e II VIGISAN da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo faixas de renda familiar per capita, Brasil	27
Tabela 5 -	Indicadores de rendimento do trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo características selecionadas - Brasil - 2021.....	28
Tabela 6 -	Efeitos da Pandemia sobre a Renda e o Trabalho do brasileiro no 1° e 2° trimestre de 2020.....	35

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	15
3	METODOLOGIA.....	19
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	20
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
	REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

Pode-se descrever a Insegurança Alimentar (IA) como a quebra do padrão usual da alimentação com comprometimento da qualidade e redução da quantidade de alimentos de todos os membros da família, a incluir a experiência de fome. Se diz também que há Segurança Alimentar (SA) quando os moradores do domicílio têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem qualquer prejuízo no seu corpo, mente e rotina por conta da ausência de alimentação em qualidade e quantidade (BRASIL, 2022).

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), é possível observar a evolução da SA e dos graus de insegurança alimentar no Brasil, medidos diretamente no domicílio, por meio das informações oriundas de três Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2004, 2009 e 2013 (IBGE, 2013). Para classificação da situação de acesso aos alimentos de cada família, tem sido usada a Escala Brasileira de Medida Domiciliar da IA (EBIA), que possibilita a avaliação do grau de IA com base nas experiências relatadas pelos entrevistados: i. Segurança Alimentar: quando todo morador no domicílio tem acesso a alimentos suficientes e adequados; ii. Insegurança Alimentar Leve: quando há preocupação pela falta futura de alimentos e a qualidade da alimentação é prejudicada; iii. Insegurança Alimentar moderada: quando a qualidade da alimentação é inadequada e começa a faltar comida em casa, deixando de haver comida para os adultos para existir para as crianças; e iv. Insegurança Alimentar Grave: quando a quantidade de alimentos é insuficiente para todos os moradores, inclusive para as crianças. Nesta fase surgem episódios de fome extrema (KEPPLE *et al.*, 2014).

A pesquisa do IBGE (2014) revela que a insegurança vem aumentando desde 2004 até 2013, sendo que apenas 77% dos domicílios brasileiros tinham acesso a alimentos suficientes e de qualidade para atender as necessidades da família, em contrapartida dos 65% em 2013. Vários aspectos sociais, econômicos e regionais influenciam na IA. Por exemplo, em 2013, a região com maior número de pessoas com insegurança alimentar nível III e IV era o norte (representados por 8% e 7%). As áreas rurais também sofrem mais com a insegurança alimentar, sendo um patamar de 7% para áreas urbanas no Brasil contra 14% em áreas rurais em 2013.

Quando se trata de IA, a questão também é mais discrepante entre pessoas de

cor de pele diferentes, de modo que em 2013 os negros possuíam apenas 70% da sua população em SA. Por sua vez, 86% de pessoas brancas apresentavam SA no país. Nas áreas rurais, apenas 58% dos domicílios em que residem pessoas negras tinham acesso suficiente e adequado aos alimentos. A FAO afirma de modo pertinente que a insegurança alimentar grave é mais alta em domicílios onde moram negros, em qualquer faixa de rendimento. Na classe de Renda Familiar *per capita* abaixo de ¼ do salário mínimo, a Insegurança Alimentar Grave ocorre em 15% de domicílios cujo chefe se declarou negro e em 9% daqueles chefiados por brancos, de modo a se afirmar que a vulnerabilidade entre negros não é mera condição associada a baixo rendimento (FAO apud KEPPLÉ *et al.*, 2015).

A IA é uma realidade no Brasil, onde afetava pelo menos 55,2% dos domicílios brasileiros em 2020 (REDE PENSSAN, 2021). Ela ocorre por diversos fatores como a desigualdade social, racial e escolar, trabalho informal, acesso à água tratada e aos centros urbanos, desemprego e renda. A IA também está ligada à renda per capita do indivíduo, sendo que a expectativa é que quando a renda por indivíduo cresce, a tendência é que a insegurança alimentar diminua.

A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional afirma que no Brasil domicílios com rendimentos de até 1/4 do salário mínimo *per capita* tinham IA grave (REDE PENSSAN, 2021). Em algumas regiões, como Norte e Nordeste, o número de pessoas nesta situação era de 25%, em contrapartida do Sul-Sudeste e Centro Oeste, em que essa porcentagem é de 10%.

A falta de acesso econômico aos alimentos e o baixo poder aquisitivo da população, além de condições impróprias à existência de uma boa saúde física e mental, trazem muitas consequências negativas ao desenvolvimento do país, que retornou recentemente ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU). O Brasil havia saído do Mapa da Fome em 2014 por conta de estratégias de segurança alimentar e nutricional que foram introduzidas, como o Bolsa Família, que é um programa de transferência de renda que tem por objetivo tirar as pessoas da extrema pobreza. Entretanto, os indicadores voltaram a piorar gradualmente, se agravando mais com a pandemia do Covid-19, que durou mais de 2 anos e deixou muitas famílias desempregadas.

Com a pandemia, muitos postos de trabalho fecharam e a insegurança alimentar cresceu pela incerteza da disponibilidade de recursos para a manutenção das necessidades básicas, como alimentação e moradia. Cabe esclarecer que a

pandemia de Covid-19 teve impacto global, que mudou as dinâmicas sociais e econômicas de forma drástica. O vírus se espalhava com muita facilidade e deixava sobrecarregados os sistemas de saúde do mundo, o que exigiu políticas rápidas para impedir o alastramento da doença e sua contenção epidemiológica (IPEA, 2022).

Um dos maiores impactos causados pela pandemia no Brasil foi o aumento do desemprego, sendo que a população em idade ativa caiu de 53,5% no primeiro trimestre de 2020, para 47,1 no 3º trimestre de 2020, uma queda de 6,4 p.p. em apenas dois trimestres de diferença, sendo esta queda algo sem precedentes no cenário nacional (IPEA, 2022). Com este cenário desfavorável, nos 12 meses que vão de agosto de 2020 a agosto de 2021, já havia se acumulado um cenário consecutivo de retração do mercado de trabalho brasileiro, retração esta que causava impactos expressivos na economia através do aumento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Houve declínio de postos de trabalho, menos capital circulando na economia e uma insegurança constante.

Também neste período, o Índice de preços ao consumidor (IPCA) acumulou 9,68% de aumento nos preços, bem acima da meta estabelecida de 3,75% pelo Comitê de Política Monetária para 2021, demonstrando que o custo de vida havia se elevado bastante para o brasileiro em um período difícil da sociedade (PIERI, 2021). Conforme artigo publicado por Renan Gomes de Pieri, economista e Doutor pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EESP), a piora do poder aquisitivo dos brasileiros está ligada também ao fato de que os rendimentos médios conjuntamente decresceram no período. Pelos dados da PNAD Contínua, ao se comparar o trimestre móvel entre abril e junho de 2021 ao mesmo período em 2020, a renda média do trabalho caiu 6,6% em termos nominais, embora o nível de ocupados tenha crescido 5,3% no mesmo período. Tal aumento não foi suficiente para aumentar a massa salarial, que caiu 1,7%. Para Pieri (2021), durante a pandemia a quantidade total de dinheiro para o brasileiro gastar diminuiu e alguns sinais indicam que o rendimento do trabalho também se concentrou mais (PIERI, 2021).

Segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, dos 211,7 milhões de brasileiros, 116,8 milhões convivem com algum grau de insegurança alimentar e, dentro desta porção, 43,4 milhões não têm alimentos em quantidade suficiente. Além disso, 19 milhões de brasileiros passam fome, se encontrando em extrema vulnerabilidade alimentar (REDE PENSSAN, 2021). Renato Maluf, ex-presidente do Conselho Nacional de

Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) da Presidência da República do Brasil, afirmou em entrevista dada à Fiocruz em 2021 que

a crise sanitária causada pela Covid-19 agravou toda essa situação (de insegurança alimentar), porque atinge diferenciadamente as pessoas em função da desigualdade social do Brasil. Mas a insegurança alimentar no Brasil não é um produto da pandemia, visto que antes mesmo dela ocorrer o Brasil já tinha problemas envolvendo a fome (MALUF, 2021 apud BATISTA, 2021).

O referido problema está presente em todo território nacional, principalmente em locais menos desenvolvidos economicamente, como o Nordeste. Segundo o IPEA (2023), o Brasil mantém previsão de crescimento de 11,6% no PIB agropecuário em 2023. A disponibilidade interna dos alimentos tradicionalmente consumidos no país é superior às necessidades diárias de calorias e proteínas de uma população equivalente à brasileira. Pode-se desta forma, afirmar que a fome que aflige 32 milhões de brasileiros não se explica pela falta de alimentos, sendo o problema alimentar residente no descompasso entre o poder aquisitivo de um amplo segmento da população e o custo de aquisição de uma quantidade de alimentos compatível com a necessidade de alimentação do trabalhador e de sua família.

Segundo Maluf (1995), a segurança alimentar depende não somente de um único fator para ser explicada e definida, mas de um conjunto de instrumentos e questões pelas quais ela se forma, como por exemplo o nível de desenvolvimento econômico e social nos países e os avanços na análise sistêmica da produção, distribuição e consumo dos alimentos. Segundo o autor, a segurança alimentar deve ser destaque na hora da sua avaliação dos aspectos estruturais, econômicos e sociais dos países analisados e registro das tensões associadas ao processo de modernização da região, que impactam diretamente nos desequilíbrios sociais, regionais e de pobreza (MALUF, 1995).

Considerando que a IA é um problema no Brasil há décadas e que a pandemia de Covid-19 acentuou drasticamente esta situação alarmante que permeia muitas famílias brasileiras, questiona-se: quais as principais variantes que impactam a sociedade brasileira e dificultam o acesso permanente à alimentação de qualidade da população? De que forma a IA vem sendo incorporada às políticas públicas, especialmente após piora durante o período pandêmico?

Assim sendo, a presente pesquisa tem por objetivo analisar os condicionantes da Insegurança Alimentar do Brasil durante o período pandêmico face às problemáticas socioeconômicas do Brasil. Além do mais, pretende-se avaliar estatísticas sobre insegurança alimentar no país. Assim, dá-se foco no período da pandemia de Covid-19, de 2020 até os dados publicados mais recentemente em 2023.

Sobretudo, a pesquisa justifica-se pela necessidade de se encontrar os caminhos possíveis para a solução deste problema básico que aflige tantos brasileiros e impede que a nação possa se desenvolver em plena capacidade. Aqueles que têm fome não possuem tempo nem disposição para pensar em outras áreas da vida, como educação e lazer, o que impacta direta e indiretamente no desenvolvimento do Brasil como uma nação com cidadãos saudáveis e aptos às atividades do cotidiano.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E DEFINIÇÃO DE IA

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no artigo intitulado O Mapa da Fome: Subsídios à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar, segurança alimentar significa o acesso por todas as pessoas e em todos os momentos a uma alimentação suficiente para uma vida ativa e saudável (PELIANO, 1993). Já de acordo com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), a Lei n. 11.346/2006 determina em seu art. 3º que:

a segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

A forma como esta Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) seria assegurada no Brasil se encontra no art. 7º na referida lei, em que se estabelece que:

a consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional da população far-se-á por meio do SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), integrado por um conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, afetas à segurança alimentar e nutricional e que manifestem interesse em integrar o Sistema, respeitada a legislação aplicável (BRASIL, 2006).

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura afirma que a insegurança alimentar domiciliar é consequência de um conjunto de determinantes e, por sua vez, a situação de insegurança alimentar e nutricional condiciona o surgimento de vários fatores que potencialmente afetam o bem-estar físico, mental e social das pessoas. Hoje é amplamente reconhecido que os efeitos podem ser tanto de natureza nutricional como não nutricional, ou ambos, e que a insegurança alimentar pode provocar tanto carências nutricionais (desnutrição) quanto excesso de peso.

A Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH) afirma que o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é um conceito em permanente construção (LEÃO, 2013). A questão alimentar e nutricional está relacionada com os mais diferentes tipos de interesses e essa concepção, na realidade, ainda é assunto em debate por diversos segmentos da sociedade no Brasil e no mundo. Além disso,

o conceito evolui na medida em que avança a história da humanidade e alteram-se a organização social e as relações de poder em uma sociedade. Segundo a associação, após a Segunda Guerra Mundial, a segurança alimentar foi tratada como uma questão de insuficiência na disponibilidade de alimentos. Para a resolução deste problema, foram instituídas iniciativas de promoção de assistência alimentar, que eram feitas, em especial, a partir dos excedentes de produção dos países ricos.

Neste período, existia o consenso de que a IA vinha da produção insuficiente de alimentos nos países em desenvolvimento e, por conta disso, foi lançada uma experiência para aumentar a produtividade de alguns alimentos - chamada de Revolução Verde. Tal iniciativa demarcou a difusão de tecnologias agrícolas, que permitiram um aumento considerável na produção, sobretudo em países menos desenvolvidos, que ocorreu nas épocas de 1960 e 1970, com a modernização das técnicas utilizadas. A revolução veio com o objetivo de acabar com a fome mundial, que tem como fundamento o uso de sementes de alto rendimento, fertilizantes, pesticidas, irrigação, mecanização, entre outros.

Com o tempo, o conceito de IA também sofreu alterações e foi se complexificando. O entendimento de segurança alimentar como sendo “a garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo, assim, para uma existência digna” foi proposto em 1986, na 1ª Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição e consolidado na 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em 1994.

É importante perceber que esse entendimento articula duas dimensões bem definidas: a alimentar e a nutricional. A primeira se refere aos processos de disponibilidade (produção, comercialização e acesso ao alimento) e a segunda diz respeito diretamente à escolha, ao preparo e consumo alimentar e sua relação com a saúde e a utilização biológica do alimento (ABRANDH, 2010, p. 7).

No Brasil, por conta da crise mundial de 2009 dos alimentos, assim como as crises econômica, energética e ambiental que a ela se superpuseram, tornaram a implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) inadiável, em face dos seus impactos sobre a capacidade de acesso aos alimentos e sobre a produção de alimentos sustentáveis e de base familiar, por esta razão a

PNSAN foi criada e tem como objetivo geral promover a segurança alimentar e nutricional, bem como assegurar o direito humano à alimentação adequada em todo território nacional. Nos seus arts. 3º do 2º capítulo a PNSAN tem como base algumas diretrizes, que orientarão a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, como:

I - promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional; II - promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos; III - instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada; V - fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional entre outros (BRASIL, 2006).

A IA no Brasil deve ser tratada com muita seriedade e senso de urgência, pois gera impactos significativos na vida da população, podendo levar à morte. A ausência de acesso a esse direito pode ser influenciada por diversos fatores, como a falta de saneamento básico e serviços de saúde, educação alimentar e nutricional, condições de deslocamento e precariedade dos serviços de assistência financeira.

Segundo Renato Maluf (1995), a questão do acesso aos alimentos, a avaliação de quando este é irregular ou insuficiente, é questão central na discussão de segurança alimentar dos países da América Latina. Esta variável traz à tona consequências como fome, comprometimento substancial da renda e perda de vida digna. Por isso, a questão do preço relativo dos alimentos vis à vis o poder aquisitivo dos salários ou outras formas de renda da população deve ser o enfoque das pesquisas em SA.

a defesa da adoção de políticas públicas de SA não implica restabelecer o mesmo padrão de intervenção governamental que vigorou até pouco tempo, mas reconhece o ambiente de crescente internacionalização e integração regional e a acentuada crise fiscal, e, em especial, a necessidade de pensar instrumentos diferenciados de regulação pública das atividades econômicas e de promoção da produção, da distribuição e do consumo de alimentos (MALUF, 1995).

A IA foi considerada após a 2ª guerra como uma questão que decorria, principalmente, da produção insuficiente de alimentos nos países pobres. Entretanto, desde o término da Segunda Guerra Mundial, a produção global de alimentos

aumentou consideravelmente, superando o crescimento da população mundial. No entanto, o aumento na disponibilidade de alimentos decorrente da Revolução Verde não foi acompanhado pela diminuição da fome global, conforme inicialmente se imaginava. A realidade é que a persistente fome que aflige diversas regiões do mundo é atribuída à falta de acesso à terra para produzir alimentos ou à renda necessária para adquiri-los. Em outras palavras, a fome é o resultado de uma injustiça social significativa, e não da escassez na produção de alimentos.

3 METODOLOGIA

Este trabalho adota uma abordagem bibliográfica para investigar a insegurança alimentar no Brasil durante a pandemia de COVID-19. Inicialmente, foi conduzida uma pesquisa sistematizada de fontes acadêmicas e governamentais, com foco na identificação de estudos, relatórios e documentos que abordam a insegurança alimentar no contexto da pandemia, especialmente no contexto brasileiro. As fontes foram selecionadas com base na relevância, qualidade, e pertinência para os objetivos da pesquisa. A busca levou em conta o recorte temporal correspondente ao início da pandemia até a data atual para capturar a evolução do fenômeno.

A análise dos dados consistiu na categorização e síntese das informações coletadas, identificando fatores determinantes, impactos sociais, respostas governamentais e ações da sociedade civil. Além disso, foi realizada uma análise crítica dos resultados para responder às questões de pesquisa.

A análise bibliográfica tem grande apoio nos documentos publicados pela Vigilância da segurança alimentar e nutricional (VIGISAN) sobre a IA, intitulado "Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil". O Inquérito visa mostrar o quanto a IA impactou os domicílios do Brasil durante a pandemia entre 2020 e 2022. Através de gráficos e tabelas apresenta-se as análises e discussões sobre como a problemática da IAN se desencadeou no cenário nacional.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A IA é uma questão constante na vida de parte expressiva da população brasileira. Os dados apresentados a seguir revelam o perfil socioeconômico das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e IA, bem como as disparidades regionais e sociais em relação à capacidade das famílias de obter alimentos, conforme documentado no segundo relatório do VIGISAN.

As avaliações englobam 12.745 residências de um conjunto total de 12.747 selecionadas, que estão distribuídas por todas as cinco grandes regiões do Brasil, em todos os 26 estados e no Distrito Federal, abrangendo também 577 cidades, incluindo suas áreas urbanas e rurais. A coleta de informações foi realizada ao longo do período que vai de novembro de 2021 a abril de 2022. Segundo relatório do VIGISAN, os lares brasileiros foram divididos em algumas categorias principais: Segurança Alimentar e três níveis de Insegurança Alimentar (IA):

i. Segurança Alimentar: Nesta categoria, as famílias ou domicílios têm acesso constante e adequado a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, sem que isso afete a disponibilidade para outras necessidades essenciais.

ii. IA leve: Neste nível, há preocupação ou incerteza sobre a capacidade de acesso a alimentos no futuro, e a qualidade dos alimentos pode ser comprometida devido a estratégias que buscam manter a quantidade de alimentos, mesmo que a qualidade seja afetada.

iii. IA moderada: Neste estágio, ocorre uma redução quantitativa de alimentos e/ou uma mudança nos padrões alimentares devido à falta de alimentos disponíveis.

iv. IA grave: Aqui, a situação é mais crítica, com pessoas enfrentando fome real, o que significa sentir fome e não conseguir comer devido à falta de recursos financeiros para comprar alimentos. Isso pode levar a uma situação em que apenas uma refeição por dia é possível, ou até mesmo passar o dia inteiro sem comer. (VIGISAN, 2020).

As informações sobre a situação de Segurança Alimentar (SA) e Insegurança Alimentar (IA) nos estados do Brasil revelam notáveis discrepâncias, tanto entre eles como em comparação com as tendências observadas nas macrorregiões e no país como um todo (vide Tabela 1). Enquanto 41,3% da população brasileira enfrenta desafios relacionados à Insegurança Alimentar, é notável que os estados do Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Minas Gerais,

Rondônia e Goiás se destaquem com níveis mais altos de acesso adequado aos alimentos em comparação com o país e suas respectivas regiões geográficas.

Tabela 1 - Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) nas Unidades da Federação, segundo as macrorregiões do Brasil

	Domicílios Avaliados	COM SA	Total SEM SA	Leve	Moderada	Grave
BRASIL	12.747 ²	41,3	58,7	28,0	15,2	15,5
Norte	2.970	28,4	71,6	26,4	19,5	25,7
Rondônia	390	46,9	53,1	26,4	11,5	15,1
Acre	411	31,0	69,0	29,0	21,2	18,8
Amazonas	460	29,5	70,5	27,5	17,0	26,0
Roraima	402	37,0	63,0	22,2	13,6	27,2
Pará	502	21,8	78,2	25,8	22,4	30,0
Amapá	404	20,6	79,4	29,0	18,4	32,0
Tocantins	401	34,8	65,2	26,1	21,6	17,5
Nordeste	4.351	31,9	68,1	29,6	17,4	21,0
Maranhão	503	22,9	77,1	26,0	21,2	29,9
Piauí	452	20,0	80,0	25,8	20,0	34,3
Ceará	506	18,2	81,8	29,3	26,3	26,3
Rio Grande do Norte	461	51,2	48,8	23,4	14,5	10,9
Paraíba	500	36,1	63,9	42,3	11,0	10,6
Pernambuco	518	40,9	59,1	22,8	14,1	22,2
Alagoas	451	22,2	77,8	22,9	18,2	36,7
Sergipe	450	28,9	71,1	26,4	14,7	30,0
Bahia	510	37,4	62,6	36,2	15,0	11,4
Sudeste	2.022	45,4	54,6	27,2	14,3	13,1
Minas Gerais	502	47,5	52,5	28,3	16,0	8,2

(Continua)

(Conclusão)

	Domicílios Avaliados	COM SA	Total SEM SA	Leve	Moderada	Grave
Espírito Santo	506	61,0	39,0	24,9	6,0	8,2
Rio de Janeiro	504	42,8	57,2	23,5	17,7	15,9
São Paulo	510	44,1	55,9	28,5	12,9	14,6
Sul	1.525	51,8	48,2	26,5	11,8	9,9
Paraná	501	46,5	53,5	29,9	15,0	8,6
Santa Catarina	506	59,4	40,6	28,4	7,6	4,6
Rio Grande do Sul	518	52,4	47,6	22,2	11,3	14,1
Centro-Oeste	1.879	40,5	59,5	31,1	15,5	12,9
Mato Grosso do Sul	450	35,0	65,0	35,0	20,5	9,4
Mato Grosso	457	36,8	63,2	31,1	14,4	17,7
Goiás	504	45,2	54,8	30,4	12,5	11,9
Distrito Federal	468	38,5	61,5	29,3	19,1	13,1

Fonte: Adaptado de Rede PENSSAN (2022).

No que diz respeito à Insegurança Alimentar leve, a média nacional de 28,0% é inferior ao observado em estados como Amapá, Ceará, Bahia, Paraíba, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Nestas unidades federativas os percentuais indicam uma preocupação com a disponibilidade de alimentos no futuro próximo, já que há uma condição instável na capacidade das famílias de garantir acesso adequado a alimentos.

A Insegurança Alimentar moderada, que sugere acesso inadequado tanto em termos de qualidade quanto de quantidade, é prevalente em diversos estados do Brasil. Isso afeta mais de um quinto das famílias em três estados da região Norte (Pará, Tocantins e Acre), bem como em três estados do Nordeste, coincidindo com estados, onde a Insegurança Alimentar grave também é um problema significativo

(Ceará, Maranhão e Piauí). Em outras regiões e estados, o Distrito Federal, Amapá, Alagoas, Rio de Janeiro, Amazonas e Minas Gerais superam a média nacional de 15,2% de prevalência.

As disparidades regionais no Brasil, evidentes em diversos aspectos como renda, saúde, educação, saneamento e outros, também se refletiram na disponibilidade de alimentos para a população. Em suma, 26,0% dos lares da região Norte e em 21,0% daqueles da região Nordeste apresentam restrição muito grave de alimentos (IA grave).

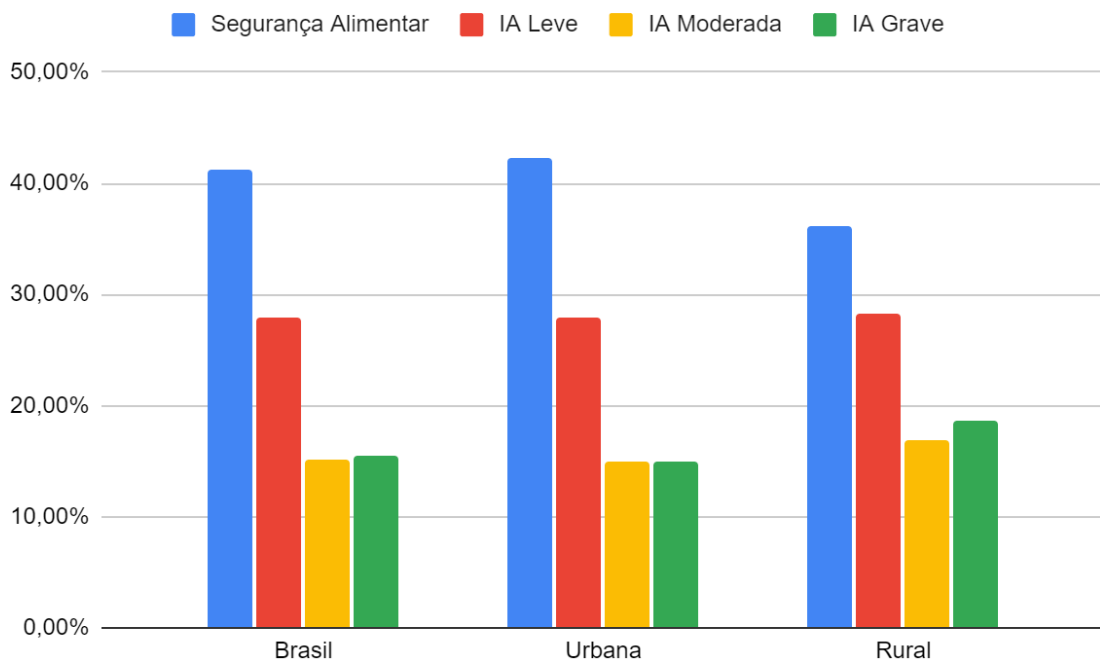
Por fim, a Insegurança Alimentar grave, caracterizada pela fome, afeta 15,5% da população brasileira. Esse problema atinge uma proporção maior de famílias em todos os estados do Norte e do Nordeste, com exceção de Rondônia, Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba, cujas estimativas estaduais são inferiores à média nacional. Por outro lado, Rio de Janeiro, Tocantins e Mato Grosso têm níveis ligeiramente acima da média nacional, enquanto nenhum estado da região Sul apresenta prevalências de insegurança alimentar grave superiores à média geral.

Entre o final de 2021 e o início de 2022, em pouco mais de 40% dos lares, os residentes tinham um acesso consistente e adequado aos alimentos, o que significa que viviam em situação de segurança alimentar. Em cerca de 28% desses lares havia preocupações relacionadas à instabilidade na disponibilidade de alimentos, refletidas na preocupação sobre a capacidade de obter alimentos no futuro próximo e na qualidade da alimentação, ou experiências de insegurança alimentar leve. Em aproximadamente um terço dos domicílios (30,7%), já havia relatos de escassez de alimentos que atendessem às necessidades de seus moradores, o que indica insegurança alimentar moderada ou grave. Desses, 15,5% estavam convivendo com experiências de fome.

Conforme o Gráfico 1, a situação alimentar nas áreas rurais do país era mais desafiadora em comparação com as áreas urbanas, com mais de 60% dos lares experimentando insegurança alimentar, sendo mais prevalente nas formas mais graves, com 16,9% sofrendo de insegurança alimentar moderada e 18,6% enfrentando insegurança alimentar grave. A quantidade de domicílios em situação de IA é preocupante e revela injustiça e descaso a que são submetidos milhões de brasileiros. As áreas urbanas têm menor insegurança alimentar no Brasil devido à maior acesso a mercados, oportunidades de emprego, programas de assistência social, serviços e uma dieta mais diversificada. Em áreas rurais, a disponibilidade de

alimentos pode ser mais limitada e as famílias dependem mais da produção agrícola própria.

Gráfico 1 - Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) nas Unidades da Federação, segundo as macrorregiões do Brasil



Fonte: Adaptado de Rede PENSSAN (2022).

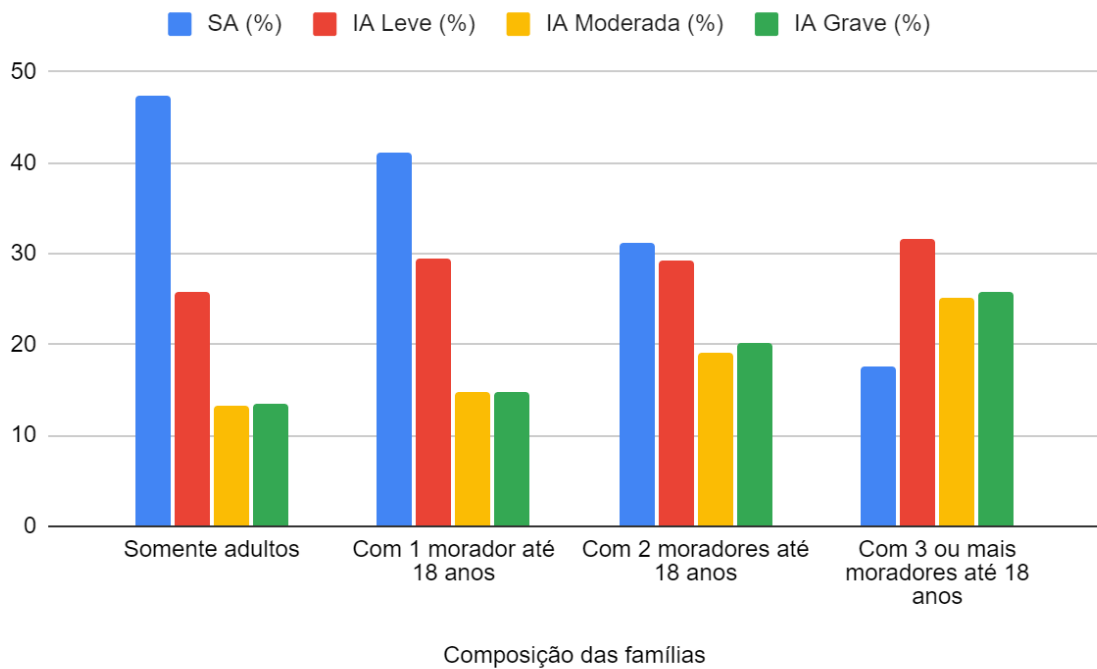
Tabela 2 - Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA leve, moderada e grave) nas Unidades da Federação, segundo as macrorregiões do Brasil

	Segurança Alimentar	IA Leve	IA Moderada	IA Grave
Brasil	41,30%	28,00%	15,20%	15,50%
Urbana	42,20%	27,90%	14,90%	15,00%
Rural	36,20%	28,30%	16,90%	18,60%

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Além do mais, segundo pesquisa da VISIGAN, domicílios com jovens – portanto, com a maioria deles dependentes economicamente – têm mais chance de ter seus moradores em situação de IA (vide Tabela 2).

Gráfico 2 - Distribuição percentual da condição de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar nos domicílios, segundo a presença de moradores em diferentes faixas de idade, Brasil

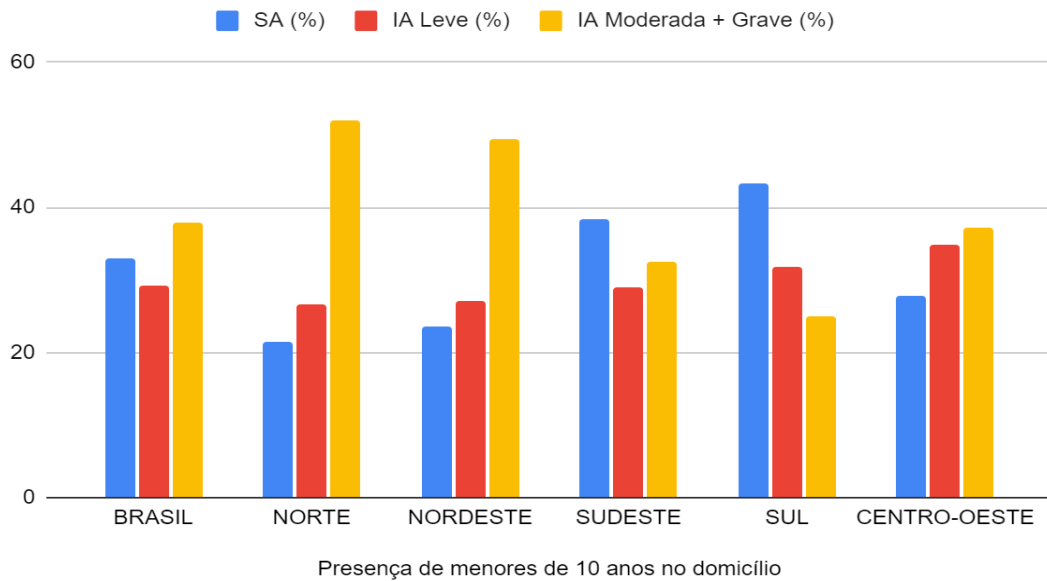


Fonte: Adaptado de Rede PENSSAN (2022).

Por outro lado, tanto a insegurança alimentar (IA) moderada quanto a IA grave, ou seja, a restrição quantitativa de alimentos nos domicílios, mostram uma tendência crescente de gravidade à medida que o número de moradores com idade até 18 anos aumenta. As proporções de IA moderada e IA grave variaram de aproximadamente 13,0% nos lares com apenas adultos para cerca de 25,0% nos domicílios com três ou mais pessoas com até 18 anos. Em resumo, a presença de um maior número de moradores com idade até 18 anos nos lares está diretamente ligada à gravidade da insegurança alimentar no país.

A insegurança alimentar e a fome entre crianças e adolescentes têm sido objeto de estudos, incluindo alguns recentes do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que apontam os efeitos adversos e imediatos sobre a saúde e o bem-estar desses jovens, além de alertar para os impactos futuros que podem comprometer seu desenvolvimento físico e social.

Gráfico 3 - Prevalência de Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar (IA leve ou moderada + grave) nos domicílios, segundo presença de menores de 10 anos, Brasil, macrorregiões e Unidades da Federação



Fonte: Adaptado de Rede PENSSAN (2022).

Tabela 3 - Prevalência de Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar (IA leve ou moderada + grave) nos domicílios, segundo presença de menores de 10 anos, Brasil, macrorregiões e Unidades da Federação

Presença de menores de 10 anos no domicílio	SA (%)	IA Leve (%)	IA Moderada + Grave (%)
BRASIL	33	29,2	37,8
NORTE	21,5	26,6	51,9
NORDESTE	23,6	27	49,4
SUDESTE	38,4	29	32,6
SUL	43,2	31,8	25
CENTRO-OESTE	27,9	34,8	37,3

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

A Insegurança alimentar moderada e grave passa dos 40% na região Norte e Nordeste, sendo maior que a média brasileira. O Sul é o estado com maior número de crianças abaixo dos 10 anos em SA. O Centro-Oeste se destaca como sendo o estado com maior taxa de IA leve, perto dos 35%.

Tabela 4 - Distribuição percentual no I e II VIGISAN da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo faixas de renda familiar per capita, Brasil

Renda familiar per capita em múltiplos de salário mínimo (SM)	Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA)			
	SA (%)	IA Leve (%)	IA Moderada (%)	IA Grave(%)
	2020			
≤ 1/4 SM	14,8	36,3	26,2	22,8
>1/4-1/2 SM	25,5	39,1	19,8	15,6
>1/2-1 SM	47,6	37	8,9	6,5
Acima de 1 SM	76,6	23,4	0	0
	2021/2022			
≤ 1/4 SM	9	20	28	43
>1/4-1/2 SM	24	32	24	21
>1/2-1 SM	43	33	14	10
Acima de 1 SM	67	24	6	3

Fonte: Adaptado de Rede PENSSAN (2021; 2022).

Observa-se, nesse contexto, mais uma evidência do papel fundamental desempenhado pela provisão de uma renda básica atrelada ao salário-mínimo. Isso se configura como um elemento crucial na ligação entre os níveis de renda familiar e os graus mais elevados de Insegurança Alimentar (IA) no Brasil, o que, por sua vez, aponta para a necessidade de estabelecer políticas públicas abrangentes abordando questões de renda, emprego e Segurança Alimentar e Nutricional.

A renda familiar se revela como um indicador apropriado para monitorar o acesso à alimentação na população. Até o final de 2020, a fome era uma realidade enfrentada por cerca de 22,8% dos lares (um em cada cinco), cuja renda familiar era de até 1/4 do Salário Mínimo por pessoa (SMPC). Nessa mesma faixa de renda, a insuficiência de alimentos para atender às necessidades de todos os membros da família (IA moderada) afetava um em cada quatro lares.

Entre o final de 2020 e o início de 2022, observou-se uma redução significativa na proporção de famílias em situação de Segurança Alimentar nessa mesma faixa de renda. Em pouco mais de um ano, a fome duplicou nos domicílios extremamente pobres. Outra mudança importante ocorrida em pouco mais de um ano foi a ressurgência das formas mais severas de Insegurança Alimentar (IA moderada ou

grave) em famílias com renda per capita acima de 1 SM, algo que não era observado em 2020 (I VIGISAN). Essa situação se explica pela diminuição da Insegurança Alimentar leve, uma vez que a Segurança Alimentar permaneceu nessa faixa de renda mais alta. Esses acontecimentos evidenciam claramente o empobrecimento e seus impactos nas famílias de renda média.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2021, é possível observar um aumento no rendimento mensal da população brasileira à medida que a faixa etária avança. No entanto, esse crescimento não é uniforme e varia não apenas em relação à idade, mas também em função do gênero e da raça dos indivíduos. Em média, os homens auferem um rendimento mensal de R\$ 2.622,13, enquanto as mulheres recebem R\$ 2.094,91, o que resulta em uma discrepância salarial superior a 20%.

No entanto, a disparidade se acentua significativamente quando se considera o fator racial. Indivíduos de ascendência branca têm um rendimento médio mensal de R\$ 3.098,91, contrastando fortemente com a média de R\$ 1.804,42 entre pessoas pretas e pardas. Essa disparidade resulta em uma diferença que ultrapassa os 40% entre as médias salariais. Esses indicadores reforçam a profunda influência das condições sociais, de gênero e de raça na qualidade de vida e na situação econômica dos indivíduos.

Tabela 5 - Indicadores de rendimento do trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo características selecionadas - Brasil – 2021

	Rendimento Médio real habitual do trabalho principal (R\$/Mês)
	Homem
Total	R\$ 2.622,13
14 a 29 anos	R\$ 1.634,98
30 a 49 anos	R\$ 2.892,85
50 a 59 anos	R\$ 3.002,87
60 anos ou mais	R\$ 3.407,83
	Mulher
Total	R\$ 2.094,91
14 a 29 anos	R\$ 1.437,67
30 a 49 anos	R\$ 2.276,56

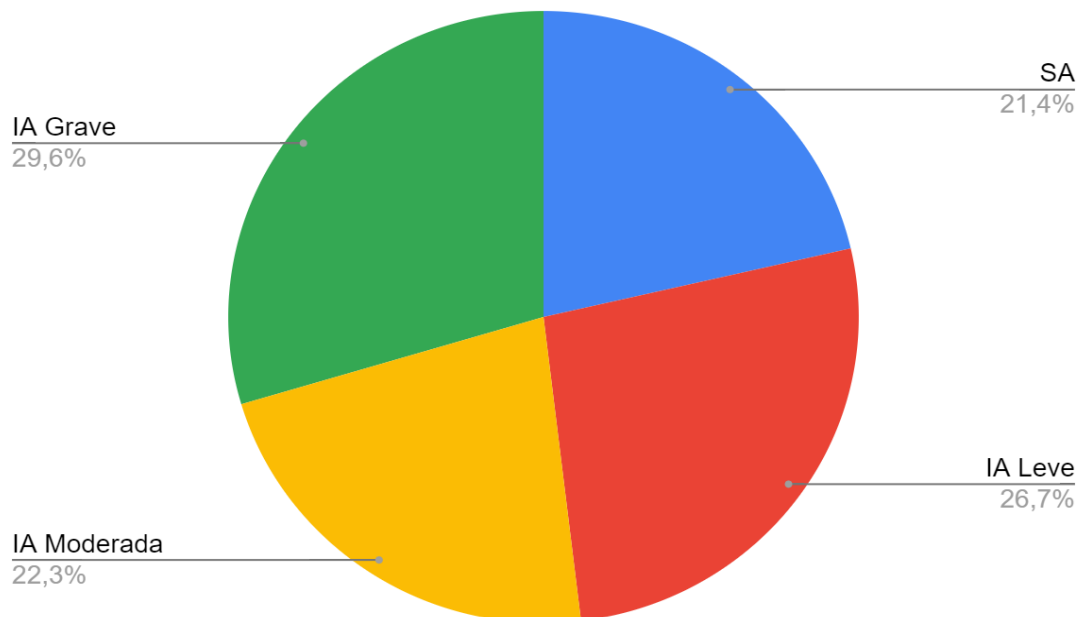
(Continua)

(Conclusão)

	Rendimento Médio real habitual do trabalho principal (R\$/Mês)
50 a 59 anos	R\$ 2.418,51
60 anos ou mais	R\$ 2.437,09
	Branca
Total	R\$ 3.098,91
14 a 29 anos	R\$ 1.846,45
30 a 49 anos	R\$ 3.388,60
50 a 59 anos	R\$ 3.550,72
60 anos ou mais	R\$ 3.995,40
	Preta ou parda
Total	R\$ 1.804,42
14 a 29 anos	R\$ 1.337,17
30 a 49 anos	R\$ 1.986,50
50 a 59 anos	R\$ 1.981,97
60 anos ou mais	R\$ 1.940,36

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021 (acumulado de quintas visitas).

Gráfico 4 - Distribuição percentual de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) em domicílios com pelo menos um/a morador/a desempregado/a, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022



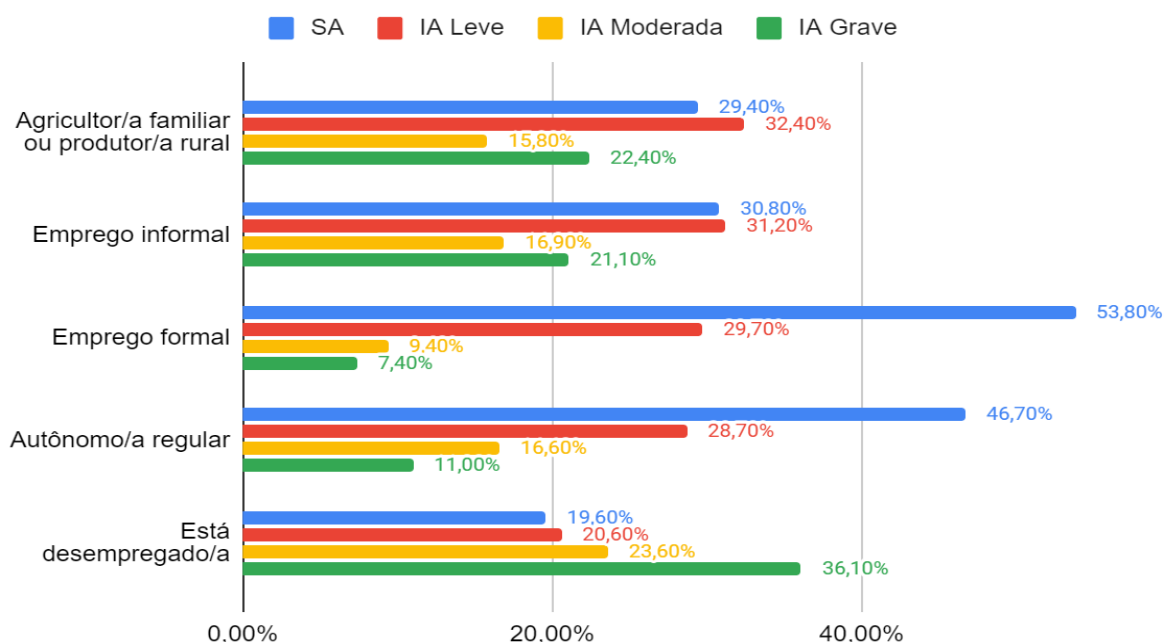
Fonte: II VIGISAN-SA/IA e Covid-19, Brasil (2021/2022).

Naqueles lares onde pelo menos um membro da família estava desempregado, a Segurança Alimentar (SA) era encontrada em apenas 21,4% dos casos. Por outro lado, a Insegurança Alimentar (IA) moderada e IA grave estavam presentes em 22,3% e 29,6% dos domicílios nessas circunstâncias, respectivamente. Assim, a SA era mais prevalente nos lares onde os chefes de família estavam empregados formalmente (53,8%).

Por outro lado, a situação de fome, caracterizada pela IA grave, era mais comum nos lares cujos chefes estavam desempregados (36,1%) ou trabalhavam como agricultores familiares ou produtores rurais (22,4%). Isso significa que mais de um terço das residências lideradas por desempregados enfrentavam a fome, e mais da metade delas experimentava IA grave ou moderada (Figura 6).

Para aqueles que estavam em busca de emprego, buscando, assim, uma fonte de renda regular, esse resultado infelizmente já era esperado. No entanto, para os agricultores familiares e pequenos produtores, essa situação ressalta o fato de que a interrupção das políticas públicas voltadas para esse segmento foi catastrófica para o agravamento das condições que poderiam garantir um acesso pleno aos alimentos e, possivelmente, a outras necessidades básicas.

Gráfico 5 - Distribuição percentual de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo a situação de trabalho da pessoa de referência dos domicílios, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil (2021/2022)

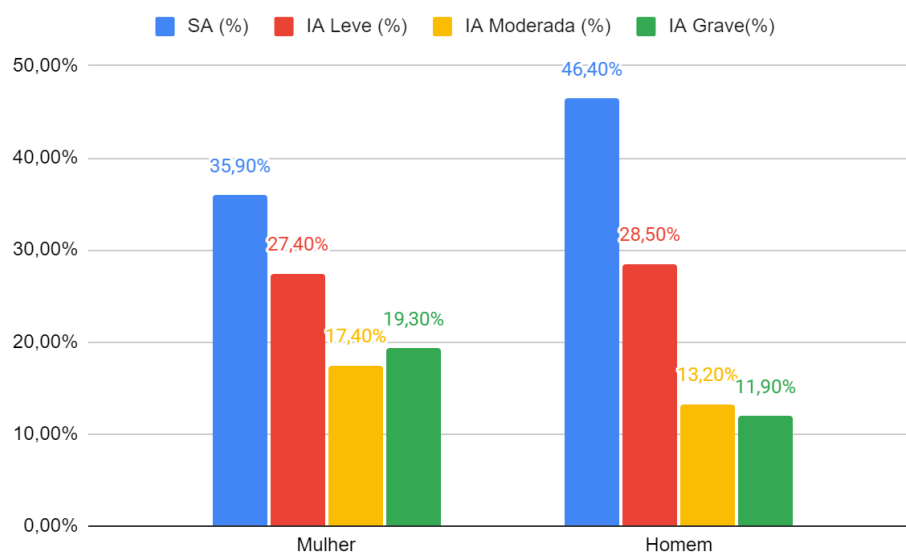


Fonte: II VIGISAN-SA/IA e Covid-19, Brasil (2021/2022).

A desigualdade de gênero desempenha um papel crucial na determinação dos níveis de insegurança alimentar no Brasil. As disparidades de gênero se manifestam de várias formas, afetando de maneira desproporcional as mulheres e, por extensão, suas famílias e comunidades. Os dados da pesquisa VIGISAN, revelaram que a condição de ser mulher estava associada a uma redução no acesso das famílias aos alimentos quando uma mulher era a pessoa responsável pela unidade familiar. Enquanto a SA foi identificada em 47,9% dos lares chefiados por homens, em domicílios liderados por mulheres, essa proporção diminuiu para 37,0%, ou seja, apenas 37,0% deles foram classificados como possuindo Segurança Alimentar. Em contrapartida, mais de 6 em cada 10 (63,0%) domicílios com mulheres como chefes de família enfrentaram algum nível de insegurança alimentar, dos quais 18,8% estavam em uma situação de fome.

Esses resultados enfatizam a persistência das desigualdades de gênero na esfera da alimentação e da segurança alimentar, demonstrando que as mulheres, que muitas vezes enfrentam desafios adicionais relacionados ao acesso a recursos econômicos, emprego e educação, são mais suscetíveis a condições de insegurança alimentar. Logo, abordar essas desigualdades de gênero é essencial para garantir que todos, independentemente do gênero, tenham acesso igualitário a alimentos nutritivos e uma segurança alimentar adequada.

Gráfico 6 - Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo o sexo da pessoa de referência do domicílio, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil (2021/2022)



Fonte: II VIGISAN-SA/IA e Covid-19, Brasil (2021/2022).

Além do mais, a insegurança alimentar e a raça estão intrinsecamente ligadas, com minorias raciais enfrentando desafios significativos no acesso a alimentos adequados. Disparidades raciais frequentemente resultam em diferentes experiências de insegurança alimentar. Minorias étnicas muitas vezes sofrem com o acesso limitado a recursos econômicos, como empregos mal remunerados e oportunidades educacionais, o que dificulta a aquisição de alimentos nutritivos. Ainda, a falta de uma rede de segurança social eficaz pode tornar essas comunidades mais vulneráveis a crises econômicas, impactando sua segurança alimentar.

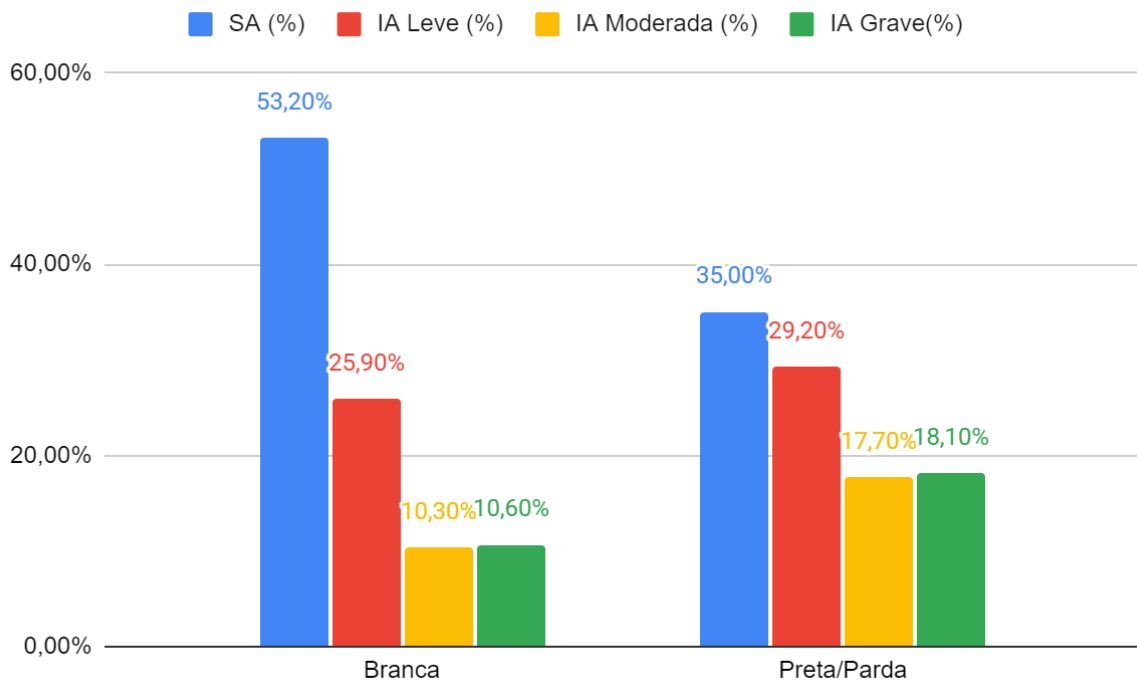
A localização geográfica também desempenha um papel, pois muitas comunidades de minorias raciais vivem em áreas carentes de alimentos frescos e saudáveis. Para combater a insegurança alimentar, é crucial enfrentar as desigualdades raciais, promovendo igualdade de oportunidades, acesso a recursos econômicos e políticas públicas que atendam às necessidades específicas dessas comunidades. Garantir que todos, independentemente de sua raça, tenham acesso a alimentos nutritivos é essencial para promover a justiça alimentar.

Da mesma forma como evidenciamos na análise da desigualdade de gênero, um padrão semelhante é notado no que diz respeito à raça. Nos lares chefiados por pessoas que se identificam como pretas ou pardas, seis em cada dez viviam em algum nível de Insegurança Alimentar (IA), enquanto em domicílios cujos responsáveis se identificavam como brancos, mais de 50,0% tinham a Segurança Alimentar (SA) assegurada. Isso aponta para uma disparidade preocupante, indicando que as comunidades de pretos e pardos enfrentam um risco significativamente maior de IA em comparação com os domicílios cujos responsáveis são de raça branca. Esses dados destacam a importância de reconhecer e enfrentar as desigualdades raciais no acesso a alimentos adequados e a necessidade de políticas públicas que busquem garantir uma distribuição justa e igualitária de recursos e oportunidades.

Existem várias circunstâncias individuais que podem ter um impacto adverso na Segurança Alimentar (SA) de um lar. É notável, nesse contexto, que lares chefiados por mulheres, por pessoas que se identificam como pretas ou pardas, ou por aqueles que não possuem emprego formal, frequentemente apresentam níveis mais baixos de SA. Em outras palavras, esses fatores individuais, como gênero, raça/etnia e a natureza do emprego, estão associados a uma maior vulnerabilidade à insegurança alimentar. Isso sublinha a importância de reconhecer as disparidades nas experiências de SA com base em características individuais e destaca a necessidade

de políticas que abordem essas desigualdades, a fim de garantir um acesso equitativo a alimentos nutritivos e seguros para todas as pessoas, independentemente de sua situação pessoal.

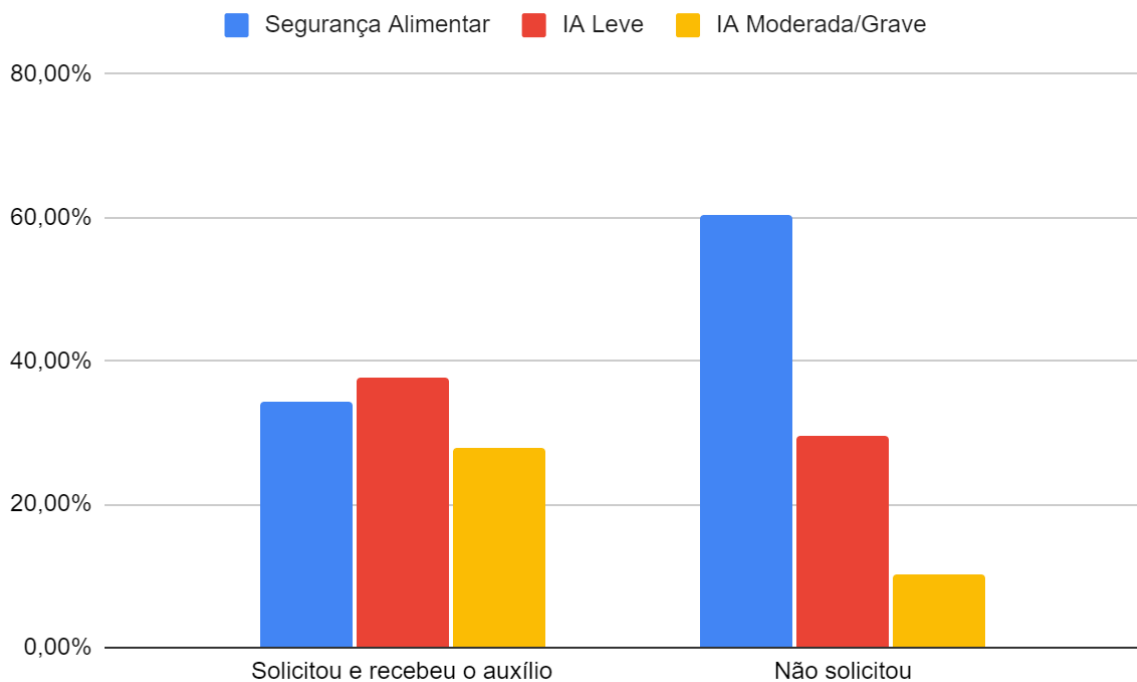
Gráfico 7 - Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo a raça/cor da pele auto referida, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil (2021/2022)



Fonte: II VIGISAN-SA/IA e Covid-19, Brasil (2021/2022).

Podemos observar que muitos fatores sociais têm o potencial de influenciar a capacidade de uma pessoa ou uma família de garantir sua Segurança Alimentar. Isso ressalta a necessidade de implementar políticas sociais abrangentes para abordar esse desafio. Em outras palavras, a compreensão das múltiplas questões sociais que afetam a Segurança Alimentar destaca a importância de desenvolver políticas e programas que visem atender às necessidades das pessoas e famílias em situação de insegurança alimentar, visando garantir que todos tenham acesso a alimentos adequados e nutritivos.

Gráfico 8 - Relação da presença do auxílio emergencial e os níveis de Segurança/Insegurança Alimentar. VigiSAN Inquérito SA/IA – Covid-19, Brasil (2020)



Fonte: II VIGISAN-SA/IA e Covid-19, Brasil (2021/2022).

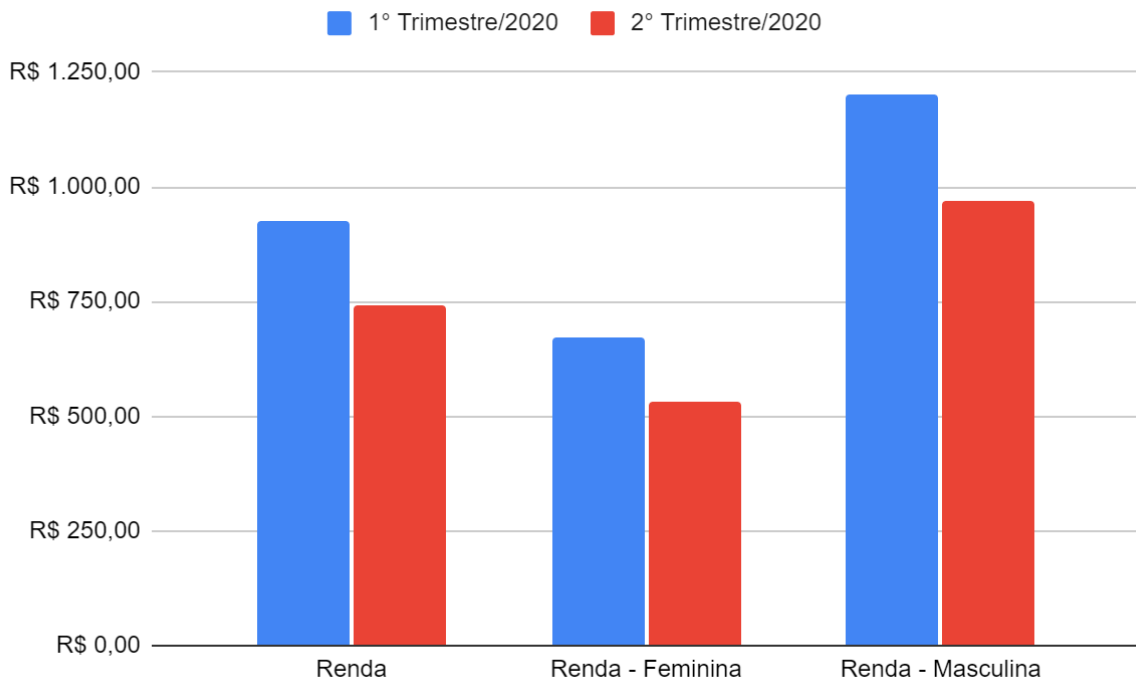
O auxílio emergencial desempenhou um papel vital em apoiar as famílias que sofreram os impactos mais severos da pandemia da COVID-19. Entre aqueles que já tinham Segurança Alimentar, 60,3% não precisaram solicitar o auxílio, enquanto 34,3% precisaram fazê-lo. Notavelmente, a diferença entre aqueles que solicitaram e aqueles que não solicitaram o auxílio, quando estavam em situação de insegurança alimentar leve, foi de 8,1% para cada grupo.

No entanto, para aqueles que enfrentavam uma Insegurança Alimentar Moderada ou Grave, a disparidade era ainda mais pronunciada. Cerca de 28% dos que solicitaram o auxílio receberam, em contraste com 10,2% dos que não o solicitaram. Essa diferença ultrapassa os 17%, demonstrando que o auxílio emergencial desempenhou um papel significativo em fornecer apoio às famílias que enfrentavam níveis mais graves de insegurança alimentar durante a pandemia.

Durante a pandemia de COVID-19, muitos trabalhadores experimentaram uma diminuição significativa em suas rendas devido a vários fatores, como a perda de empregos, redução de horas de trabalho e fechamento de empresas. Isso resultou em dificuldades financeiras para muitas famílias, afetando negativamente seu padrão de vida e capacidade de atender às necessidades básicas, como alimentação, moradia

e cuidados de saúde. Os programas de auxílio governamental, como o auxílio emergencial em alguns países, ajudaram a mitigar esses impactos, mas a diminuição da renda do trabalhador continuou sendo uma preocupação central durante a pandemia.

Gráfico 9 - Efeitos da Pandemia sobre a Renda do brasileiro no geral e entre os sexos no 1º e 2º trimestre de 2020



Fonte: Neri (2020).

Tabela 6 - Efeitos da Pandemia sobre a Renda e o Trabalho do brasileiro no 1º e 2º trimestre de 2020

	1º Trimestre/2020	2º Trimestre/2020
Renda	R\$ 926,01	R\$ 739,98
Renda - Feminina	R\$ 669,97	R\$ 532,34
Renda - Masculina	R\$ 1.202,55	R\$ 967,32
Taxa de ocupação na PEA	0,8612	0,849
Taxa de participação no Mercado de Trabalho	0,4975	0,4547

Fonte: Neri (2020).

Contudo, a renda média da população brasileira experimentou uma queda substancial entre o 1º trimestre de 2020 e o 2º trimestre, com uma redução total de 20,09%. Durante esse período, a renda média caiu de R\$ 926,01 para R\$ 739,98.

Além disso, a desigualdade salarial de gênero também se destacou nesse contexto. A renda das mulheres diminuiu em 20,54%, enquanto a dos homens reduziu em 19,56%. Após o impacto da pandemia, os salários médios diminuíram de R\$ 669,97 para R\$ 532,34 para as mulheres e de R\$ 1.202,55 para R\$ 967,32 para os homens. Essa redução nas rendas reflete o impacto econômico significativo da pandemia no Brasil, afetando desproporcionalmente as mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Insegurança Alimentar (IA) é um desafio complexo e multifatorial que transcende a mera carência de alimentos nas despensas das famílias. Ela se caracteriza pela falta de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade em quantidade suficiente para atender às necessidades nutricionais e garantir uma vida saudável. A IA é influenciada por uma teia de fatores interligados, os quais desempenham um papel crítico na perpetuação desse problema que afeta inúmeras sociedades em todo o mundo.

O acesso permanente dos brasileiros à segurança alimentar é desafiado por diversas variantes. A desigualdade social, econômica, regional, racial entre outras contribui para a vulnerabilidade de certas populações. A infraestrutura logística deficiente dificulta o transporte eficiente, especialmente em áreas rurais. A falta de educação alimentar e políticas públicas insuficientes também desempenham papéis significativos. O crescimento urbano desordenado e variações nos preços dos alimentos completam o quadro, tornando essencial uma abordagem abrangente de políticas públicas para enfrentar esses desafios.

Durante a pandemia da COVID-19, o Auxílio Emergencial foi uma política pública do governo que desempenhou um papel crucial em mitigar a insegurança alimentar entre as famílias brasileiras. Ao proporcionar uma fonte adicional de renda, o auxílio permitiu que muitas pessoas adquirissem alimentos e suprissem suas necessidades básicas. Esse suporte financeiro direto não apenas manteve o poder de compra das famílias, mas também contribuiu para o acesso contínuo a alimentos essenciais.

Ao destinar recursos para trabalhadores informais e de baixa renda, o programa focou em grupos mais vulneráveis, que frequentemente enfrentam maiores desafios econômicos durante crises. Além de beneficiar diretamente as famílias, o Auxílio Emergencial teve impactos positivos nos pequenos negócios locais, como mercados e estabelecimentos de alimentos. Isso ajudou a preservar empregos e estimular a economia em nível comunitário.

A Insegurança Alimentar (IA) no Brasil ocorreu e ocorre porque as pessoas enfrentam dificuldades em manter um padrão alimentar adequado, levando a preocupações com a qualidade e quantidade de alimentos disponíveis. A IA tem aumentado no Brasil e se intensificou durante a pandemia, sendo que vários fatores

sociais, econômicos e regionais influenciaram e influenciam a IA, incluindo desigualdade, raça, educação, trabalho informal, acesso a água tratada, desemprego e renda.

Além da insegurança alimentar, uma variedade de tópicos relacionados à segurança alimentar e outros campos podem ser investigados em futuros estudos. Por exemplo, é possível explorar a segurança alimentar em uma perspectiva global, abrangendo a análise das questões que permeiam a produção de alimentos, sua distribuição, o acesso a eles e as políticas internacionais que regem essa área. Além disso, uma análise aprofundada das políticas de segurança alimentar pode revelar como as decisões governamentais afetam a disponibilidade e a qualidade dos alimentos, abrangendo programas de assistência alimentar, regulamentações que garantem a segurança dos alimentos e políticas relacionadas à agricultura.

Outro tópico relevante que merece investigação é a sustentabilidade na produção de alimentos, que envolve examinar como as práticas agrícolas impactam o meio ambiente e, por conseguinte, quais estratégias podem ser adotadas para tornar essa produção mais amigável ao ambiente.

Estes temas estão entrelaçados com a inovação alimentar e representam áreas de pesquisa promissoras que podem enriquecer ainda mais o campo de estudos em segurança alimentar. Assim, no futuro, pesquisas nesses domínios podem contribuir significativamente para ampliar nosso entendimento das complexas questões relacionadas à alimentação, beneficiando a pesquisa e suas implicações.

REFERÊNCIAS

ABRANDH. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013. Disponível em: <http://www.nutricao.ufsc.br/files/2013/11/ApostilaABRANDHModulo1.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2023.

BATISTA, Daiane. Renato Maluf: 'A insegurança alimentar no Brasil não é só produto da pandemia'. **Fio Cruz**, Rio de Janeiro, 28 jul. 2021. Disponível: <https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/51888>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955**. Institui a Campanha de Merenda Escolar. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2 abr. 1955. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 maio 2023.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **IPEA mantém previsão de crescimento de 11,6% no PIB agropecuário em 2023**. Brasília, DF, 27 mar. 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13631-ipea-mantem-previsao-de-crescimento-de-11-6-no-pib-agropecuário-em-2023>. Acesso em: 03 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2006. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 09 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Insegurança alimentar e nutricional**: sobre a falta de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente para uma vida saudável. Brasília, DF, 14 dez. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/inseguranca-alimentar-e-nutricional#:~:text=Inseguran%C3%A7a%20alimentar%20grave%3A%20s%C3%A3o%20caracterizados,incluir%20a%20experi%C3%Aancia%20de%20fome>. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família**. Brasília, DF, 20 jun. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Serviços e Informações do Brasil. Agricultura e Pecuária. **Acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**. Brasília, DF, 5 jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>. Acesso em: 08 jul. 2023.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANSAN 2016-2019.**

Brasília, DF: MDSA, CAISAN, 2017. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/plansan_2016_19.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

CARVALHOSA, Clarice Soares. Análise da política de segurança alimentar: um olhar para a alimentação escolar como política social. *In: Seminário Internacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social*, Florianópolis, 2015. **Anais do Seminário Internacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**, Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em:

https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_3_205.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

CONSOLI, Rotraut A. G. B.; OLIVEIRA, Ricardo Lourenço. **Principais mosquitos de importância sanitária no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994.

Disponível em: <http://www.focruz.br/editora/media/05-PMISB.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2023.

HECKSHER, Marcos. Cinco meses de perdas de empregos e simulação de um incentivo a contratações. *In: SILVA, Sandro Pereira; CORSEUIL, Carlos Henrique; COSTA, Joana Simões. (Orgs.) Impactos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil.* Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022. Disponível em:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

IBGE EDUCA. Conheça o Brasil - População Educação. **IBGE Educa Jovens**,

Brasília, DF, 20 jun. 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso em: 03 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Desemprego.**

Brasília, DF, 19 jun. 2023. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 06 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. IBGE divulga rendimento domiciliar per capita 2022 para o Brasil e Unidades da Federação.

Agência IBGE Notícias, Brasília, DF, 24 fev. 2023. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/36320-ibge-divulga-rendimento-domiciliar-per-capita-2022-para-brasil-e-unidades-da-federacao#:~:text=O%20rendimento%20domiciliar%20per%20capita%20foi%20calculado%20como%20a%20raz%C3%A3o, trabalho%20e%20de%20outras%20fontes.> Acesso em: 06 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa**

Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, Segurança Alimentar. Brasília, DF: IBGE, 2013. Disponível em:

https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/pdf/ficha_148.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de indicadores sociais: Padrão de vida e distribuição de rendimentos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 20 out. 2023.

KEPPLE, Anne W. (Coord.); SEGALL-CORRÊA, Ana Maria; SANTOS, Leonor Pacheco dos; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SANTOS, James Richard Silva. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil em 2015**. Brasil: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21925>. Acesso em: 14 jun. 2023.

REDE PENSSAN. **VIGISAN - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil**. [S.l.], 2021. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 14 maio 2023.

MALUF, Renato Sérgio Jamil. Segurança alimentar e desenvolvimento econômico na América Latina: o caso do Brasil. **Revista de Economia Política**, [s.l.], v. 15, n. 57, p. 137-143, jan.-mar. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/SkBSmvdnwxcXLXbf7srzYHQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 jul. 2023.

NERI, Marcelo C. **“Efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro: Desigualdades, ingredientes trabalhistas e o papel da jornada”**. Rio de Janeiro: FGV Social, 2020. Disponível em: <https://cps.fgv.br/pesquisas/efeitos-da-pandemia-sobre-o-mercado-de-trabalho-brasileiro>. Acesso em: 15 out. 2023.

PELIANO, Ana Maria T. Medeiros (Coord.). **O Mapa da Fome: subsídio à formulação de uma política de segurança alimentar**. Brasília: Ed. BNDES, 1993. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=28913&catid=396. Acesso em: 08 jun. 2023.

PIERI, Renan Gomes de. Pandemia e a queda do poder aquisitivo dos brasileiros. **FGV**, [s.l.], 23 set. 2021. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/pandemia-e-queda-poder-aquisitivo-brasileiros>. Acesso em: 7 jun. 2023.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Relatório Técnico das Ações Desenvolvidas no Período 1995/1998**. Brasília, DF: IPEA; Ministério da Fazenda; Secretaria de Estado de Planejamento e Avaliação, 1999. Disponível: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2747/1/td_0664.pdf. Acesso em: 01 jul. 2023.

TEO, Carla Rosane Paz Arruda; MONTEIRO, Carlos Augusto. Marco legal do

Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma releitura para alinhar propósitos e práticas na aquisição de alimentos. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 25, n. 5, p. 657-668, set./out. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/n4jPvSyNzwJ4qBnP7NP4yVJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 maio 2023.

UNICEF. **Impactos Primários e Secundários da Covid-19 em Crianças e Adolescentes**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/9966/file/impactos-covid-criancas-adolescentesisbope-unicef-2020.pdf>. Acesso em: 06 out. 2023.

WESSELBAUM, Dennis; SMITH, Michael D.; BARRETT, Christopher B.; AIYAR, Anaka. A Food Insecurity Kuznets Curve? **World Developmen**, [s.], v. 65, maio 2023. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0305750X23000074>. Acesso em: 14 maio 2023.